

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.647.102 - PR (2017/0002194-9)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**RECORRENTE** : COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL  
**ADVOGADOS** : ANACLETO GIRALDELI FILHO - PR015502  
JOSÉ MARCOS CARRASCO - PR016909  
**RECORRIDO** : JOSE APARECIDO BISCA  
**ADVOGADO** : MARIA HELOÍSA BISCA - PR055538

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DEMISSÃO DE COOPERADO CUMULADA COM RESTITUIÇÃO DE CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO. SÚMULA 284/STJ. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM COM BASE NO ESTATUTO DA COOPERATIVA. SÚMULAS 05 E 07/STJ. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de *recurso especial* interposto por COROL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ementado nos seguintes termos:

*Ação Declaratória de Demissão de Cooperado cumulada com Pedido de Restituição de Capital Social Integralizado - Sentença de parcial procedência - Apelações Cíveis interpostas por cooperado e cooperativa.*

*Devolução imediata do saldo correspondente à quota parte subscrita pelo cooperado - Possibilidade - Previsão estatutária - Lei 5.764/71 - Crise financeira enfrentada pela sociedade - Irrelevância - Correção monetária a partir do pedido de demissão do sócio cooperado - Modificação do ônus de sucumbência. Decisão parcialmente modificada.*

*"Por se tratar de mera atualização decorrente da desvalorização da moeda ocorrida pelo decurso do tempo, a correção monetária deve incidir desde a data em que deveria ter sido pago o saldo de capital integralizado, ou seja, desde o pedido de demissão da cooperativa (TJPR - 6' C.Cível - AC - 715693-2 - Goioerê - Rel.: Ângela Khury Munhoz da Rocha - Unânime - - J. 05.07.2011) Recursos conhecidos - Apelo interposto pelo requerente parcialmente provido - Apelo interposto pela requerida não provido.*

Em suas razões, a parte recorrente sustentou que o acórdão recorrido violou o disposto no artigo 1.095 do Código Civil e 11, 36 e 80 da Lei 5.746/71. Postulou conhecimento e provimento do recurso.

Presentes as contrarrazões, o recurso especial foi admitido.

É o relatório.

Decido.

Não merece provimento o presente recurso especial.

O Tribunal de origem, dando parcial provimento ao recurso de apelação da parte autora e negando provimento ao recurso de apelação da parte ré, reformou em parte a sentença para, mantendo a condenação da ré na restituição da quantia de R\$ 7.842,23, referente as cotas sociais integralizadas do cooperado, determinar a sua restituição na forma *integral e imediata*.

Contrariada, a parte recorrente defende a impossibilidade de restituição do capital social integralizado enquanto não liquidado o passivo da cooperativa.

Na realidade, o indigitado artigo 1.095 do Código Civil, ao retratar a responsabilidade do cooperativado pelos atos da cooperativa de forma ilimitada, não infirma a conclusão alcançada pelo Tribunal de origem no sentido da obrigação da cooperativa lhe restituir os valores referentes as suas cotas sociais, atraindo o óbice da Súmula 284/STF.

De toda sorte, o Tribunal de origem reconheceu a obrigação de devolução na forma *imediate e integral* dos valores devidos com base na interpretação do artigo 12 do Estatuto de criação da Cooperativa demandada, *verbis*:

*"Desta forma, não se vislumbra nenhuma vedação estatutária à restituição de forma imediata da quota parte do cooperado integralizada, acrescido de juros e correção monetária. Pelo contrário, o dispositivo supracitado afirma que o prazo para restituição não poderá exceder o da integralização do capital.*

*Ademais, a despeito da fundamentação do magistrado sentenciante, o qual condenou à requerida à restituição de forma parcelada, por mais que a cooperativa enfrente*

*difficuldade financeira, conforme demonstrado, a devolução imediata é um direito do associado, não podendo ser obstaculizado por fatores que fogem do âmbito do cooperado."*

Assim, para afastar a conclusão chegada pelo Tribunal *a quo*, seria necessária a revisão da interpretação dada à cláusula contratual, art. 12 do Estatuto, bem como do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado a esta Corte Superior, nos termos das Súmulas 05 e 07/STJ.

**Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao presente recurso especial.**

Advirto as partes que a interposição de recursos protelatórios, será punida com aplicação de multa.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator